

DIÁLOGOS SOBRE CIÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ENTREVISTA COM A DOUTORA VIRGINIA ELISABETA ETGES¹

A presente entrevista se insere no âmbito do projeto de pesquisa “Diálogos sobre Ciência do Desenvolvimento Regional”, que conduz entrevistas escritas e gravadas (em plataforma virtual) com destacados pesquisadores da Área de “Planejamento Regional e Urbano e Demografia” – Plurd – área de conhecimento científico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes –, coordenado por docentes do programa de Mestrado/doutorado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado.

As entrevistas escritas e virtuais objetivam: a) Compreender a trajetória histórica, social, política e econômica dos debates sobre desenvolvimento; b) Analisar as variações conceituais decorrentes da interface das diversas áreas do conhecimento na constituição do discurso científico do desenvolvimento; c) Conceber aspectos constitutivos da área da Plurd e de sua condição estratégica ao acolher programas de *stricto sensu* de “Desenvolvimento Regional”; d) Constituir registro escrito sobre a Ciência do Desenvolvimento Regional disponível ao público interessado nas questões, debates, pesquisas e conhecimentos promovidos por esta área do conhecimento.

Esta é a primeira entrevista publicada da série “Diálogos sobre Ciência do Desenvolvimento Regional”. A entrevistada é a doutora e pesquisadora Virginia Elisabeta Etges, do Programa de Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc – Santa Cruz do Sul, RS). A professora Virginia possui Graduação em Geografia e Mestrado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP, 1990), concluindo, em 1997 seu Doutorado, também em Geografia Humana, pela mesma universidade paulista. Coursou Pós-Doutorado na Universidade Técnica de Berlim, em Planejamento Urbano e Regional. É professora titular do Departamento de Ciências, Humanidades e Educação, atuando como docente, pesquisadora e orientadora no Curso de Graduação em Geografia e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR da Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc. Foi coordenadora do PPGDR durante os períodos de 1998 a 2003 e 2010 a 2015. Integrou a Comissão de Avaliação da Área PUR/De da Capes no triênio 2007-2009. Integra o Grupo de Pesquisa em Geografia

¹Doutora em Geografia Humana. Pós-Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Técnica de Berlim. Professora Titular do Departamento de Ciências, Humanidades e Educação, atua como docente, pesquisadora e orientadora no Curso de Graduação em Geografia e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - PPGDR, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Rio Grande do Sul. Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6976-8363>. E-mail: etges@unisc.br

Agrária – USP (CNPq) e lidera o Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional – Unisc (CNPq). É Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq, e suas atividades de pesquisa estão voltadas a temas de desenvolvimento regional, território, sustentabilidade, agricultura familiar, agroecologia e turismo rural.

Para a professora doutora Virginia Elisabeta Etges, “O grande desafio para a área do Desenvolvimento Regional na atualidade é construir um referencial teórico e metodológico que contribua para a compreensão da diversidade sócio econômica, cultural e ambiental presente no território brasileiro e, desta forma, qualificar a produção de conhecimento na área.”.

A seguir, a entrevista na íntegra.

1. A professora poderia nos apresentar aspectos que considera relevantes de sua trajetória acadêmica?

- a) A realização da dissertação de Mestrado em Geografia Humana na USP, abordando a formação da região produtora de tabaco no RS, com destaque para a questão de sujeição e resistência entre os camponeses produtores de tabaco em relação ao segmento industrial transnacional do tabaco, despertou o “pensar” a região na sua essência e as contradições inerentes a esse processo.
- b) A realização do Doutorado, também em Geografia na USP, com estágio sanduíche nas Universidades de Marburg e de Tübingen, na Alemanha, que teve como tema a contribuição de Leo Waibel à Geografia Agrária no Brasil, em que o mesmo trabalhou os temas colonização e uso da terra na pequena propriedade rural no sul do país.
- c) A atuação como docente na formação de professores de Geografia na Unisc desde 1984 e a atuação no PPGDR Unisc desde 1996.

2. Em que momento despertou na professora o interesse pela pesquisa em torno da temática do desenvolvimento?

Tendo cursado a Graduação na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (depois Fise e, desde 1993, Unisc) em pleno período de ditadura militar, eu tinha clareza de enormes lacunas que haviam ficado na minha formação, somadas à falta de leituras e debates. A busca por aprofundar os estudos em Pós-Graduação *lato sensu* – Mestrado e Doutorado –, bem como o Pós-Doutorado no Instituto de Planejamento Urbano e Regional na Universidade Técnica de Berlin, no período de 1999 a 2000, me moveram sempre no sentido de compreender os processos e as dinâmicas de desenvolvimento regional. Posso dizer que esse tema tem sido a motivação principal nas minhas atividades acadêmicas ao longo dos anos.

3. Em que ano a professora ingressou na área Planejamento Urbano e Regional, Demografia e Desenvolvimento Regional? E quais as características desta área naquele momento?

Formalmente, minha atuação no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional iniciou em 1996, sendo que de 1998 a 2003 assumi a coordenação do Programa (período de seis anos), cargo para o qual voltei no período de 2010 a 2015. O PPGDR, criado em 1994, esteve vinculado ao Comitê Interdisciplinar até 2002, passando a integrar, a partir de 2003, o Comitê do Planejamento Urbano e Regional.

4. Antes da constituição da área Planejamento Urbano e Regional/Demografia, em que áreas do conhecimento se concentravam as pesquisas e debates sobre o desenvolvimento regional?

O PPGDR da Unisc foi o primeiro Programa de Desenvolvimento Regional no país, criado em 1994. A constituição da área Plurd, entretanto, é anterior a esse período. Piquet e Ribeiro (2008), ao analisarem o perfil dos Cursos de Planejamento Urbano e Regional no Brasil, ante as transformações ocorridas no plano econômico e no sistema de planejamento nacional, apresentam uma periodização, constituída de quatro fases históricas:

- a primeira, identificada pelas principais concepções de desenvolvimento e subdesenvolvimento dos anos 1950 e 1960 que, no cenário latino-americano corresponde à fase do “planejamento para a mudança”, quando são lançados os primeiros cursos sobre planejamento na América Latina;
- a segunda fase é marcada pela conquista do poder por grupos antagônicos aos princípios democráticos, e se aprofunda o caráter centralizador, autoritário e tecnocrático das estruturas de planejamento então existentes, fase em que surgem os primeiros Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* nas Universidades brasileiras;
- a terceira fase é marcada pela crença exacerbada no jogo das forças de mercado, o que leva à rejeição do planejamento, período em que os cursos da área perdem sua marca de cursos de planejamento e seus currículos são deslocados para o campo dos estudos urbanos e regionais, o que faz com que a questão regional perca centralidade e os temas urbano/regionais adquiram proeminência;
- a quarta fase indica a retomada das políticas de longo prazo, e o perfil dos cursos da área adquirem novas dimensões, localização e conteúdo, em que a questão regional é retomada. Como se observa, é na segunda fase, apontada pelas autoras, que

o planejamento assume um elevado grau de institucionalidade, fazendo com que seja impulsionada a capacitação de pessoal através da criação dos primeiros cursos de Pós-Graduação no país. Como o projeto dos governos militares era dotar o Brasil de instituições mais fortes no campo da pesquisa tecnológica, foram propostos os primeiros cursos de pós-graduação *stricto sensu* nas áreas técnicas e em economia.

São implantados os programas de mestrado em planejamento urbano e regional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1970), na Universidade Federal do Rio de Janeiro (1972) e na Universidade Federal de Pernambuco (1975). Em 1967, a Universidade Federal de Minas Gerais já havia criado o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – Cedeplar, com a finalidade de abrigar um programa de pesquisa e ensino de pós-graduação na área da Economia Regional. Também em 1967, o Instituto de pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, órgão criado em 1964, realiza diagnósticos inéditos da economia nacional, que proporcionaram maior conhecimento da dinâmica de numerosos setores (PIQUET; RIBEIRO, 2008 *apud* ETGES *et al.*, 2020, p. 177).

Atualmente, a Área do Planejamento Urbano e Regional/Demografia é uma das 49 Áreas de Avaliação da Capes, composta de três subáreas: Planejamento Urbano, Desenvolvimento Regional e Demografia.

Durante as primeiras décadas, os programas e cursos das duas subáreas de Planejamento Urbano e de Demografia localizavam-se nas regiões mais dinâmicas do país ou mesmo em metrópoles regionais mais distantes. Estiveram voltados à demografia e ao planejamento urbano-metropolitano na sua grande maioria. E foram esses os cursos que definiram, de alguma maneira, a identidade da Área. Apenas na virada do século esse padrão vai mudar com certa velocidade e profundidade, por meio da abertura de cursos fora das áreas metropolitanas ou em áreas que estão mais distantes dos principais centros do país. Esses cursos trazem de volta uma temática que tinha sido relegada a um segundo plano durante as décadas de 80 e 90: o desenvolvimento regional em suas diferentes facetas. São esses cursos os principais responsáveis pela ampliação da Área nos anos mais recentes e que propiciam à Área uma penetração em áreas fora daquelas tradicionalmente servidas por cursos de pós-graduação, como é o caso do interior dos três Estados da região Sul, no Centro-oeste, no interior do Nordeste e na região Norte (CAPES, 2009 *apud* ETGES *et al.*, 2020, p. 177).

No contexto da área Purd, portanto, a subárea que tem crescido a partir do início do século 21, tanto em número como em abrangência territorial no país, é a subárea do Desenvolvimento Regional, por meio da criação de cursos nas diversas regiões do país.

5. Em sua perspectiva analítica, quais as diferenças entre as concepções de desenvolvimento pesquisadas, analisadas e debatidas ao longo do século até fins da década de 1980 em relação às pesquisas e debates do desenvolvimento regional pós anos 1990 do século 20?

Um importante marco com relação à política de desenvolvimento regional no país foi a criação do Ministério da Integração Nacional, criado em 1999. No âmbito deste Ministério foi formulada a primeira Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR –, instituída pelo Decreto Nº 6.047 de 22 de fevereiro de 2007. Sua origem, no entanto, está nas discussões ocorridas a partir de 2003, no âmbito da Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional e da Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional, como proposta a uma de suas estratégias políticas.

A PNDR teve sua atuação direcionada a três conjuntos preferenciais de atuação nas sub-regiões:

i) microrregiões dinâmicas, as quais possuem alta variação do PIB, mas com renda domiciliar média classificada como média e baixa;

ii) microrregiões estagnadas, com variação do PIB vistas como média e baixa, e com renda domiciliar por habitante média; e

iii) microrregiões de baixa renda, que também possuem variação do PIB classificada como média e baixa, mas que apresentam renda domiciliar por habitante baixa. Mirando-se apenas uma das variáveis, são preferenciais todas as sub-regiões que apresentam nível da renda domiciliar por habitante médio e baixo.

Observa-se que os indicadores para essa classificação foram a variação do PIB e a renda domiciliar média, ou seja, toda ênfase recaía nos aspectos econômicos.

Apesar disso, os programas nacionais de promoção do desenvolvimento regional instituídos, tanto na escala macrorregional quanto nas sub-regiões, no âmbito da PNDR, tiveram grande relevância: o Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (Promeso) procurou valorizar as iniciativas oriundas das forças sociais organizadas nas sub-regiões: articulação de ações de capacitação, mobilização de atores sociais, infraestrutura, crédito e assistência para o desenvolvimento do potencial endógeno das mesorregiões diferenciadas; o Programa de Promoção e Inserção Econômica de Sub-Regiões (Promover) apoiava e identificava vocações econômicas locais, estruturando arranjos produtivos locais e cadeias produtivas que refletissem as potencialidades das bases produtivas sub-regionais; e o Programa Organização Produtiva de Comunidades Pobres (Produzir), resultado da parceria do MI com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, tinha como objetivo combater o desemprego e subemprego em comunidades de baixa renda nos territórios priorizados pela PNDR (CONFER|ÊNCIA, 2011).

Destes, o mais significativo em minha opinião, foi o Promeso, que viabilizou, entre outras iniciativas, a criação de várias universidades federais, como a Fundação Universidade Federal do Pampa (Unipampa), a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) Universidade da Grande Fronteira do Mercosul (UFFS), a Fundação Universidade Federal do Vale São Francisco (Univasf), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), a Universidade Federal do Sul da Bahia (Ufesba) e a Universidade Federal do Cariri (Ufca). Mas, assim como os demais Programas, o Promeso também foi “esvaziado” ao longo dos últimos anos sem que novas propostas e ações fossem criadas.

6. Como você caracterizaria a ciência do desenvolvimento regional produzida na atualidade?

Continua sendo uma abordagem fortemente centrada no econômico, apesar de índices como o IDH terem incorporado outras dimensões nos critérios de “medição” do desenvolvimento. A dimensão territorial (regional) do desenvolvimento continua sendo “secundária”, o que se evidencia em inúmeras publicações provenientes dos PPGs em

Desenvolvimento Regional, que colocam o território como mero palco, suporte de ações do capital. É preciso ler e entender Milton Santos para compreender o significado do território.

7. Em sua perspectiva, quais os principais desafios para a ciência do desenvolvimento regional na atualidade?

Tenho dúvidas sobre a existência (ou não) de uma “Ciência Regional”. Benko, no livro *A Ciência Regional*, contextualiza muito claramente o período em que esse debate se colocava e os objetivos que tinha. O grande desafio para a área do Desenvolvimento Regional na atualidade é construir um referencial teórico e metodológico que contribua para a compreensão da diversidade socioeconômica, cultural e ambiental presente no território brasileiro e, desta forma, qualificar a produção de conhecimento na área.

8. Quais autores ou pensadores são suporte teórico (das diversas áreas) para sua construção do pensamento na área do Desenvolvimento Regional?

Milton Santos, José Reis, Claude Raffestin, George Benko, Bernard Pequeur, Neil Smith, Anssi Paasi, Sergio Boisier, Víctor Ramiro Fernández, François Perroux, David Harvey, Arilson Favareto, Ester Limonad, Rainer Randolph, Roberto Lobato Correa, Ivo Theis, Tania Bacelar, Carlos Brandão, entre outros.

9. Percebe a existência de embates teóricos na área do Desenvolvimento Regional? Em quais temas?

Ao longo da segunda metade do século 20 o debate sobre o desenvolvimento regional no Brasil recebeu atenção especial, principalmente entre economistas e geógrafos. Dois enfoques principais se destacam no debate: um, que entende a promoção do desenvolvimento regional a partir da eliminação das desigualdades regionais; e o outro, que propõe a compreensão da diversidade regional como potencialidade para o desenvolvimento de regiões.

O primeiro foi e continua sendo hegemônico, evidenciado tanto em trabalhos científicos quanto em documentos norteadores das políticas públicas na área, em que as desigualdades regionais e a própria região são tomadas como obstáculos a serem superados.

Já o segundo, evidencia-se mais claramente a partir da década de 1990, período em que o conceito de região é retomado sob um novo enfoque, em que as “desigualdades” são entendidas como particularidades territoriais que podem e devem ser potencializadas, como forma alternativa e endógena de desenvolvimento regional.

O primeiro, explicitamente amparado na dimensão econômica do processo, anuncia que à medida em que as relações de produção tipicamente capitalistas vão se tornando hegemônicas, as regiões tenderiam a desaparecer, uma vez que as especificidades que as teriam originado também desapareceriam.

O segundo, numa perspectiva crítica, atribui tais desigualdades à própria lógica econômica do modo de produção capitalista, que se expressa pela concentração de capitais e de rendas, da qual deriva a exclusão econômica, social e, também, a geográfica (ETGES; DEGRANDI, 2013).

O embate, me parece, se coloca nessa questão: enxergar a diversidade regional presente no território como potencialidade para o desenvolvimento, e não o contrário.

10. Considera uma rede internacional de debate na área do Desenvolvimento Regional? Quais autores e países estão envolvidos nessa dinâmica?

O PPGDR participa da Rede Escolas de Verão, integrada pelo PPGDR da Furb, PPGDR da Unijuí, PPGDR da Unisc e pelo Doutorado em Geografia da Universidade de Innsbruck – Áustria. São encontros anuais que tem como tema o Desenvolvimento Regional.

Participamos também de atividades da Regional Studies Association, destacadamente nas conferências globais realizadas anualmente.

Além destas, o PPGDR possui convênios com várias instituições no país e no exterior que trabalham com o tema do Desenvolvimento Regional.

REFERÊNCIAS

CAPES. **Documento de Área 2009**. Disponível em: <http://www.capes.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2013.

CAPES. **Documento de Área 2013**. Disponível em: <http://www.capes.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2013.

CAPES. **Cadernos de Indicadores**. Disponível em: <http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/CadernoAvaliacaoServlet>. Acesso em: 10 dez. 2013.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Texto de Referência**. 2012. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/component/attachments/download/1664>. Acesso em: 30 maio 2021.

ETGES, Virginia E. *et al.* A interiorização da Pesquisa e da Pós-Graduação no Brasil – o caso dos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. *In:* SILVEIRA, R. L. L.; DEPONTI, C. M.; FELIPPI, A. C. T. (org.). **Reflexões teóricas e metodológicas sobre desenvolvimento regional**. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2020.

ETGES Virginia E.; DEGRANDI, José O. Desenvolvimento regional: a diversidade regional como potencialidade. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 1, n. 1, p. 85-94, 2013.

PIQUET, Roselia P. da Silva; RIBEIRO, Ana Clara Torres. Tempos, Ideias e Lugares – O Ensino do Planejamento Urbano e Regional no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, maio 2008.

Entrevista concedida à:

Dr. Alexandre Assis Tomporoski
Dr^a Cintia Neves Godoi
Dr. Jairo Marchesan
Dr. Sandro Luiz Bazzanella

Como citar esta Entrevista: ETGES Virginia Elisabeta. Diálogos sobre Ciência do Desenvolvimento Regional. [Entrevista Cedida a] Alexandre Assis Tomporoski, Cintia Neves Godoi, Jairo Marchesan, Sandro Luiz Bazzanella. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 12, ed. esp. 3, p. 5-12, 21 dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v12ied.esp.3.4263>

Entrevista recebida em: 12/05/2022

Entrevista aprovada em: 30/11/2022

Entrevista publicada em: 21/12/2022